

A Feira, os Saqueadores, a Necessidade: os Saques de 1953 e 1971 na Feira Livre de Currais Novos e o Lugar Social dos Saqueadores

Diêgo Nascimento de Souza

Aluno do curso de Especialização em História do Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
diego_crente@hotmail.com

Nos recortes temporais de 1953 e 1971, o trabalho versa sobre o contexto de secas e outros problemas conjunturais que desembocam em saques efetuados por moradores da zona rural à feira livre de Currais Novos nos anos destacados. A partir das fontes disponíveis, como jornais, fotografias do início do levante, e entrevistas orais, busca vislumbrar o contexto no qual se encontravam os “flagelados”, que possibilitou a realização dos saques, e os desdobramentos daí decorrentes. Entendendo a importância da aglutinação da multidão como elemento de coerção social, observar este ato como mecanismo de negociação com o poder público em épocas adversas, como as estiagens prolongadas. Busca também perceber a imagem dos eventos produzida pelos entrevistados no que se refere à ação dos trabalhadores rurais envolvidos e do poder público, bem como o papel da Igreja Católica, como importante mediadora entre estes dois lados. Na junção das fontes, desenvolver a comparação de seus conteúdos interpretativos e opiniões expressas, de maneira a fazer uma ligação deste quadro com os posicionamentos teóricos de Hobsbawn (1985, 1998), Alberti (2006), Prins (1992), Neves (2000) e outros referenciais, que abordam os movimentos sociais de massa, o uso da história oral, os atos de negociação entre o grupo dos saqueadores e o poder público em períodos de crise, etc.

Palavras Chave: Movimentos Sociais de Massas – Saques – Lugar Social

Além do costumeiro índice pluviométrico irregular, (algo comum a toda a região do semi-árido nordestino) os anos de 1953 e 1971 tiveram uma marca especial na cidade de Currais Novos (RN): Os saques ocorridos na feira livre deste município por parte de moradores da zona rural. Este trabalho busca fazer uma investigação dos eventos a partir de entrevistas orais realizadas com expectadores diretos e indiretos dos eventos, buscando interpretá-los a partir de sua origem, desenvolvimento, implicações sociais, políticas e ideológicas, objetivando com isso vislumbrar um contexto mais amplo que tenha causado estas duas sublevações, uma vez que o quadro econômico, político e social na cidade é relativamente similar ao quadro das pequenas cidades do Nordeste do Brasil a partir da segunda metade do século XX. Pretende também destacar o lugar social no qual os saqueadores são postos pelas testemunhas dos eventos, pela imprensa, pelo poder político e demais agentes que ajudaram na construção do relato sobre os saques. Com isso pretendemos compreender, conforme Michel de Certeau, a construção e funcionamento do mecanismo historiográfico construído por estes agentes. Ou seja, quais as circunstâncias que permitem o juízo dado por eles acerca da razão ou não razão dos saqueadores em efetuarem os saques.

Para este trabalho foram seguramente importantes os relatos orais de pessoas que vivenciaram o evento. Sobre as fontes orais, ou mais especificamente a reminiscência pessoal, afirma Prins (1992: p. 172): ela é “uma evidência oral específica das experiências de vida do informante. Tal evidência não passa de geração para geração, exceto de modo altamente esmaecido, como por exemplo, em narrativas familiares privadas”. Destaco ainda a contribuição de Alberti (2006, p. 165) quando afirma que “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. Deste modo, uma vez que não há trabalho direcionado à análise destes saques, as entrevistas são um registro importante e oportuno das memórias destas pessoas. Os entrevistados são feirantes, professores da rede pública que atuavam no período e outros espectadores que estavam na feira livre no momento dos ataques. Esta variação na profissão dos entrevistados com certeza terá papel decisivo, uma vez que ela proporciona uma visão mais ampla, que abarcará não somente as implicações locais e fixas do ambiente da feira livre, mas também os demais efeitos causados na sociedade de Currais Novos, sobretudo na esfera política.

Têm ainda papel importante para a construção deste artigo as fotografias pesquisadas, que representam justamente o momento do ajuntamento dos saqueadores na prefeitura municipal; a análise do livro de tombo da Igreja Matriz de Sant’Ana, no que toca o fato em si, bem como o papel de mediação dos representantes religiosos, importantes agentes apaziguadores nos dois eventos, e também alguns recortes do Jornal “Tribuna do Norte”, nos meses de março e abril de 1953.

O ponto de partida do nosso tema é a feira livre de Currais Novos. Sobre sua fundação, esclarece Joabel R. de Souza (2008, p. 64): “A feira teve início em Currais Novos praticamente com a construção dos três currais, na fazenda Bela Vista, para compra e troca de gado, atividade comercial do capitão-mor Galvão”. Desde o tempo áureo da sua economia fundadora, a cidade de Currais Novos ocupou papel de destaque na região do Seridó Oriental no tocante ao comércio, algo que permanece até hoje e fica evidente do discurso do entrevistado Damião Maurício.

Era, a maior da região era Currais Novos. Porque era assim, a feira de Currais Novos toda vida sempre foi. As outras feiras tudo acontecia na semana, mas o resto das outras feiras vinha tudo pra Currais Novos, que era a derradeira feira. (...) dava um bom dinheiro, porque tinha muita gente, tinha muito operário, principalmente da mina, da mineração né? A feira era outra né, como hoje a feira começa de manhã e quando é meio dia a feira se acaba. (...) A feira boa mesmo era de meio dia pra a tarde, que era quando os operários chegavam da mina.

Na fala do entrevistado percebemos que a feira livre, bem como o comércio da cidade era largamente favorecida pela atividade da mineração. Esta atividade iniciou-se em Currais Novos, no ano de 1954, quando da fundação da mineração Tomaz Salustino S.A., que explorava a Scheelita para a exportação. O “fenômeno da Scheelita” no município elevou consideravelmente a circulação de capital da cidade, bem como a renda familiar de operários da mineração e outros segmentos, que eram beneficiados indiretamente com o desenvolvimento da mineração, entre eles o comércio. Evidentemente, a boa rentabilidade da exportação mineral curraisnovense não proporcionou (e nem poderia) um desenvolvimento igualitário e muito menos uma igualdade social, sobretudo quando nos referimos à zona rural do município, que sempre esteve á mercê da irregularidade pluviométrica, que como já citamos, foi presente em toda a região do semi-árido nordestino. Neste sentido o Sr. Oscar Gomes guarda viva a lembrança da irregularidade dos anos anteriores ao saque de 1971:

[A seca] Era braba! Era Braba! 1970? Foi. É porque foi 50... 68! 68 foi ruim. 69 foi ruim, aí 70 foi seco. (...) Tratando de um gado, eu e Mané Ciço. O finado Mané Ciço. Ele com 70 rês e eu com 33. aí era 103. Tratemo. Aí tratemo. Tiramo todo o capim que tinha do açude, aí acabou-se.
E não choveu?
Não. Aquele reboiço de trovão e o relampejo da molinga. Nada nada nada!
E teve gente que perdeu algum animal do rebanho?
Perdia!

FARIA (1980, p. 223) descreve esta inconstância das precipitações no Seridó de 1914 a 1938:

As chuvas são esparsas e mal distribuídas; 4 meses de molhado para 8 secos – é o que Deus dá nos anos normais de inverno. (...) O mapa pluviométrico do Brasil registra a média (1914-1938) de 398.3 mm para o posto de Currais Novos. A mediana simples, não acumulada, de 1912-1959, para o mesmo posto (Nov/mai), somou apenas 251,0 mm.

De maneira que ao homem da zona rural, que não se achava empregado na exploração mineral, restava a alternativa de sobreviver do que lhe dava a terra. Nos meses de estiagem no ano de 1953, sobretudo Março e Abril, o jornal Tribuna do Norte divulgou matérias sobre a seca e a ajuda do governo federal aos “flagelados” quase que diariamente. Vários telegramas foram enviados ao jornal por prefeitos, vereadores e pessoas influentes das vilas e cidades acometidas das secas. Estas ajudas se

popularizaram entre os sertanejos com o nome de “emergência”, dado por eles às obras da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Iniciada em 1909, A IFOCS, por meio das frentes de trabalho, objetivou a minimizar os efeitos da seca, ao mesmo tempo em que aliviava a tensão dos “flagelados” da crise econômica e social desde o século XIX. Neste sentido explicita Denise Monteiro (2007: p. 118):

uma série de elementos que esteve presente na seca de 1877 se manifestaria mais tarde nas secas subseqüentes: ataques de população de retirantes, como já eram denominados, aos armazéns onde se guardavam gêneros alimentícios; utilização desta mão-de-obra em diferentes serviços em troca de alimento, dando origem às primeiras frentes de trabalho, como viriam a ser chamadas mais tarde; e envio de verbas do Governo Federal para a região, com formação de comissões de Socorros Públicos locais para a distribuição dessas verbas em forma de alimentos.

Nos telegramas e matérias veiculados no jornal sobre a seca e a situação de calamidade na qual, encontrava-se, não só a região do Seridó, mas todo o estado, há elementos como: a falta de recursos, o êxodo rural permanente, levadas de migrantes para a capital do Estado, e de outros Estados do sul e denúncias de desvio de verbas para as ações de auxílio do governo. Devemos destacar também algumas colunas do jornal, nas quais são constantes os textos analíticos da situação, sempre culpando o poder público pela conjuntura calamitosa na qual encontra-se o sertanejo. Exemplo disto é a coluna enviada pelo jornal, a 5 de abril de 1953, pelo Dr. Silvio Piza Pedrosa ao governador do Estado, na qual ele diz que a culpa dos saques e levantes ocorridos nas pequenas localidades “cabe ao poder político, só e só.”

Ainda no raciocínio das frentes de trabalho, Joabel Rodrigues, encarregado de coordenar as frentes de trabalho e um dos entrevistados desta pesquisa, lembra com alguns detalhes como este processo se deu em Currais Novos:

Bem, as frentes de trabalho foi uma maneira de manter a família no campo e alimentada. Então, os operários, frentistas, vou assim chamar. Eles recebiam uma remuneração e prestavam um trabalho na zona rural. Por exemplo, roço de mato, planta de raiz de algodão, restauração de estradas carroçáveis, e, construção de pequenos barreiros, e além dessa pequena remuneração eles tinham uma feira. Uma feira que se compunha de uma cesta de farinha, feijão, arroz, rapadura, carne de jabá.

Por algum motivo, na memória dos entrevistados ano de 1953 em Currais Novos foi completamente desprovido de ajuda neste sentido. Os entrevistados apontam a fome extrema, falta de chuva, morte de rebanho, improdutividade, somada, na concepção de alguns deles, à omissão do poder público. Quadro este que se repetiu nos mesmos

aspectos no ano de 1971. Contam estes cronistas, que foi no dia de feira, em 1953 e 1971 que se aglutinou o grupo defronte à prefeitura. Ao que parece, não conseguiram nenhuma negociação ou resposta positiva, havendo assim um movimento espontâneo que rumou em direção à feira livre, próxima poucos metros da prefeitura, resultando nos dois ataques. Este enredo corrobora com o que diz Hobsbawn, (1985, p. 221): “Historicamente, uma das coisas que as populações urbanas têm feito (é) manifestar-se, amotinar-se, sublevar-se ou exercer, sob outras formas, pressão direta sobre as autoridades que operam dentro de seu âmbito”, pois foi justamente com o prefeito que foram ter os agricultores da zona rural do município. Os ataques se desenvolveram de forma relativamente passiva, sem o uso de armas ou violência, mas apenas com o ato da pilhagem, na qual os saqueadores simultaneamente atacaram as bancas da feira, visando preferencialmente os gêneros de primeira necessidade. “Assim, o confronto pode ser bastante não-revolucionário: é um erro pensar em cada incidente de contestação camponesa pela força como um ‘levante’ ou uma ‘insurreição’.” (HOBBSAWN, 1998, p. 231). Eis alguns relatos sobre 1971:

Oscar Gomes: Levava tudo! Feijão macaça, feijão de arranca, fava, colocava só num saco só. E rapadura.

José de Lima: Então se começaram ali, o povo começaram ali no feijão, na farinha, vieram para a carne, alguns marchantes, uns não deixou ninguém tirar nada.

Damião Maurício: Esse povo levaram assim, rapadura, feijão, farinha... comida né? Era alimento eles levaram. (...) O negócio deles era mais feijão, farinha, que era o que eles queriam, e rapadura, que a fome era grande.

Aspecto peculiar a estes dois eventos foi a presença religiosa como mediadora dos conflitos. Em 1953 foi marcante o trabalho de assistência social desempenhado pelo Monsenhor Paulo Herôncio de Melo. Ajudado pelo Padre Sinval Laurentino, recém chegado à cidade, Monsenhor Paulo chegou mesmo a evitar que levante iniciado na feira em 1953 tomasse maiores proporções, rumando à rua do comércio.

E monsenhor levou esse pessoal pra Escola de Nossa Senhora. Quando soube... Monsenhor morava ali bem pertinho. Quando soube, levou esse pessoal pra escola, falou com eles. Conversou, que pra isso ele tinha muito, o dom da palavra, e mandou fazer comida pra todo mundo. (...) E lá ele mandou fazer comida, deu almoço pra eles, e deu uma feira. Mandou preparar, que tinha as coisas, e ele recebia material, alimentos na época da L.B.A, que tinha arroz, feijão, macarrão. E ele mandou fazer uma feira pra cada um, e conversou com eles, explicou pra eles não fazer isso na feira, que o pessoal não tinha condições... (...) Queriam ir pra o comércio

também, mas Monsenhor pediu que eles não fossem. Então deu pra sanar a situação ele mandou fazer uma feirinha pra cada um. E deu essa feira pra eles saírem, e eles foram embora.

Depoimento de Terezinha Anália

Aí ele de imediato ele chegou. Com ele veio um homem com um balaio de pão e um outro com rapadura. E então ele mandou que a gente suspendesse os alunos das aulas, soltasse pelo portão do muro, e o alimento que era feito para os alunos, que na escola os alunos tinham o almoço e jantar, o baião de dois que estava preparado para servir aos alunos, ele mandou que se deixasse para servir as pessoas.

E foi Monsenhor, juntamente com seu Laurentino, seu Joventino, com seu Vivaldo Pereira, eles conseguiram alimentos, com o prefeito... e conseguiram alimentos para que cada um levasse um pouco de alimento para casa. Esses homens queriam alimentos e queriam conseguir um trabalho pra poder manter as suas famílias.

Depoimento de Ivanilda Bezerra

Esta atuação dos religiosos é elencada ainda no livro de tombos da Igreja Matriz de Santana em 1953, e na memória dos depoentes, que destacam ainda a atuação dos Padres José Dantas Cortez, Ausônio de Araújo Filho, Sinval Laurentino e Paulo Herôncio de Melo. Em 1971 ocorrem, além destas já citadas, o apaziguamento através de pessoas públicas, de reconhecimento na cidade: professores, políticos e funcionários públicos:

em 71 aconteceram umas apaziguamentos, uns apaziguamentos, mesmo pela secretaria de educação do município que era dirigida por mim, Dorinha Nascimento, Terezina Anália, Edilma, Mariquinha Carvalho. Nós todos que controlava esse povo na medida do possível. Dr. Gilberto foi uma pessoa que pediu calma, e que enfrentaria os movimentos através de Eliel Bezerra. Eliel Radialista, e que na época tinha sido candidato a vice-prefeito, alguma coisa assim.

Joabel Rodrigues

Por fim, passada a turbulência dos eventos, a sociedade voltou a normalizar-se. Fenômeno que pode ser enquadrado, segundo Hobsbawn, (1985, p. 221) em “um tipo de intranquilidade que periodicamente irrompe e depois acalma sem produzir qualquer consequência importante sobre a estrutura de poder”. No caso dos ataques em 1953 e 1971 a Currais Novos, claramente a estrutura de poder, a que se refere Hobsbawn, não foi realmente modificada ou impactada havendo um efeito, entretanto sobre a sociedade: a opinião pública.

Neste sentido, há uma cadeia de fatos que se destaca nos saques de 1971 e 1953: A legitimidade ou não dos saques. Obviamente, qualquer cidadão leigo concordaria que um furto, individual ou coletivo de qualquer bem ou produto é considerado um crime, passível da aplicação das medidas legais cabíveis. Entretanto, o que esta cadeia de fatos demonstra é o oposto. Ou seja, os saques de 1953 e 1971 gozam de legitimidade, dado o contexto em que se encontravam os autores da ação subversiva. O primeiro destes fatos

que citamos é a própria atuação policial no momento do evento. Segundo Damião Maurício, os policiais já trabalhavam em rondas esporádicas na feira livre, haja vista que era um ambiente de grande circulação de pessoas, sobretudo nas segundas feiras. Entretanto, na fala do mesmo entrevistado, os policiais chamados à ocorrência perfaziam um total de aproximadamente 20 homens, outrossim, esta presença policial foi estritamente espectadora, provavelmente no intuito de coibir apenas algum eventual ato violento a citação a seguir refere-se a um feirante que tentou reagir ao ataque:

A polícia chegou e aconselhou “Não seu Joaquim, não faça isso... que o senhor não vai vencer esse povo todo. Deixe como está e vamos acalmar, que esse povo vai se deslocar pra a prefeitura e quem tiver algum prejuízo grande o prefeito vai dar cobertura, vai sanar...” E aí tinha um jeito né... aí eu sei que acalmou.

Na averiguação desta legitimidade, o segundo aspecto a se considerar está no discurso daqueles que vivenciaram os dias turbulentos de janeiro de 1971 e da semana santa de 1953. Os saques foram compreendidos na época por uma parte dos cidadãos como um grito de socorro por parte da população rural, carente de alimentos e sofrida com a severidade da seca. Em uma conversa informal com um entrevistado que não deseja se identificar, notamos que há outra parcela, que responsabiliza totalmente o poder público, na pessoa do ex prefeito municipal, o Dr. Gilberto de Barros Lins, no ano de 1971 pelo saque. Quando questionados sobre os motivos do ataque, percebemos na fala dos entrevistados a justificção pela fome, longe, entretanto, de ser acompanhada de apoio ao ato:

Ivanilda Bezerra: Foi algo espontâneo, foi a necessidade, foi a fome, foi a necessidade de angariar alimentos para si e para suas famílias.(...) Eram todos necessitados. Eram muito pobres. Você... os identificava pela sua indumentária. Chapeuzinho velho, roupas surradas, sandalinhas velhas também. Eles não queriam nada de confusão, eles queriam alimentos, para si e para suas famílias.

Damião Maurício: foram umas pessoas presas mas foram solto logo. Porque aquilo ali era por meio de uma necessidade. De fome. Eles tavam fazendo aquilo por meio de fome.

O terceiro aspecto desta legitimidade aos ataques é a não existência de qualquer registro judiciário ou policial nos arquivos da cidade sobre o fato. Embora contenha processos criminais da cidade a partir de 1918, no Fórum Municipal Desembargador Tomás Salustino não existe qualquer indicativo de processo ou sanção penal contra os envolvidos nas pilhagens de 1953 e 1971. A única referência “oficial” por nós encontrada

durante a execução desta pesquisa, diz respeito a uma menção do fato no livro de tombos da Igreja Matriz de Sant'Ana:

[fls. 158] Foi justamente na Semana Santa que recrudeceu a tremenda crise que se prolongou por meses adiante. A cidade envolveu-se de flagelados de vários municípios. A escola de Nossa Senhora; fornecendo refeições a centenas de famintos. Durante, evitou que o comércio fosse assaltado muitas vezes. Ressalto o trabalho de assistência do Pe. Sinval Laurentino, bem como das professoras e alguns [fls. 158v] de nossa Escola. De vários Bispos do Sul, para os quais apelei, recebi generosos auxílios para os nossos irmãos flagelados

Desta forma temos a percepção de que os eventos de 1953 e 1971, bem como seus desdobramentos fizeram parte de um contexto geral, de todo o sertão nordestino que sofreu com as secas. Como deveria ser no caso de um evento expressivo, o drama da seca no Estado teve repercussão considerável por parte da imprensa, na qual circularam matérias de pedidos de ajuda, denúncias contra o mal uso dos recursos destinados ao combate aos efeitos das secas, queixas exaltadas ao poder público. Não obstante o alto número de reclamações à conjuntura da seca, nenhuma delas dirige-se com palavras depreciativas ou com juízo de culpa aos trabalhadores rurais que participaram dos saques. Embora não haja expressões de aprovação aos eventos, os discursos justificam os atos, diante da seca, falta de água, fome e sede extremas, somadas a uma conturbada ação política para a amenização deste quadro.

Ressaltamos ainda a importância de apaziguamento que tiveram os representantes religiosos, sendo os mediadores entre a população flagelada e o poder público, no sentido de ter evitado que a sublevação tomasse proporções ainda maiores.

Quanto a impacto final obtido pelos saques, concordamos com Hobsbawm, “a ação local e regional, que é a norma, só se transforma em ação mais ampla mediante força externa – natural, econômica, política ou ideológica – e somente quando um número muito grande de comunidades ou de aldeias se deslocam ao mesmo tempo exatamente na mesma direção” (1998, p.223). Não havendo no Rio Grande do Norte uma articulação política nos grupos sublevados que deram origem, justamente pela falta de um contato entre si, é que não houve algo de maior proporção. Além do que, estas formas de reação ao martírio da seca,

as manifestações populares “naquele momento, eram portadoras de uma estrutural incapacidade para entender o que as suas próprias ações representavam do ponto de vista político e social” (DUARTE: 2005, p. 47). Este fenômeno refletiu-se no recorte analisado, por ser o objetivo principal daquele grupo ter consistido na resolução de sua situação imediata, de necessidade, fome e sede, e não em uma revolução em termos políticos e ideológicos, ou na tentativa de contestação do sistema de poder estabelecido.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bessanesi (org). **Fontes Históricas**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Adriano Luiz. “o dia de São Bartolomeu” e o carnaval sem fim: o quebra-quebra de ônibus e bondes na Cidade de São Paulo em agosto de 1947. In: **Revista Brasileira de História: Poder, tramas e tensões – Órgão Oficial da Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 25, nº 50. jun-dez. 2005.

FARIA, O. L. **Sertões do Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980

HOBBSAWN, Eric J. cidades e insurreições. In: _____ Revolucionários. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Asggioro Garcia. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWN. Eric J. **Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e Jazz**; Tradução de Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, Denise Matos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal: Edufrn, 2007.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. 7ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOUZA, Joabel Rodrigues de. **Totoró, berço de Currais Novos**. Natal: Edufrn, 2008.

TRIBUNA DO NORTE. Natal: abril de 1953.